

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY

ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE

منظمة الوحدة الافريقية

Addis Ababa - Ethiopia - Box 3243 Tel. 517700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

CM/1695 (LV)

ORIGINAL: INGLÊS

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-QUINTA
SESSÃO ORDINÁRIA
24-28 DE FEVEREIRO DE 1992
ADIS ABEBA
ETIÓPIA

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE A QUESTÃO PALESTINIANA



RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE A QUESTÃO PALESTINIANA

I. INTRODUÇÃO

Quando da sua Quinquagésima-Quarta Sessão Ordinária realizada em Abuja, República Federal da Nigéria, de 27 de Maio a 1 de Junho de 1991, o Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana examinou o relatório do Secretário-Geral da Organização sobre a Questão Palestiniana (Documento CM/1665 (LIV) e adoptou a Resolução CM/Res.1335 (LIV).

2. Entre outras coisas, a Resolução condenou veementemente os contínuos actos desumanos perpetrados por Israel contra cidadãos dos territórios Palestinos e Árabes ocupados, as deportações massivas e as detenções, a matança de mulheres e crianças e a confiscação de terras e propriedades. A Resolução condenava as políticas expansionistas de Israel na Palestina ocupada incluindo Jerusalém e a fixação de imigrantes Judeus nos territórios Árabes ocupados.

3. A Resolução saudou a resistência do Povo Palestino à ocupação Israelita, a intensificação dos seus levantamentos em face da repressão brutal e os sacrifícios consentidos pelo Povo Palestino sob a liderança da OLP, seu único e legítimo representante, com vista a recuperação dos seus direitos inalienáveis de regressarem à sua Pátria, a auto-determinação e ao estabelecimento do seu Estado soberano tendo Jerusalém como Capital.

4. A Resolução solicitava o Secretário-Geral no sentido de seguir o desenrolar dos acontecimentos em relação à Questão Palestiniana e submeter um relatório sobre a mesma à próxima Sessão do Conselho de Ministros da OUA.

II. CONDIÇÕES NOS TERRITÓRIOS PALESTINIANOS OCUPADOS

5. Durante o período em análise, as condições de vida nos territórios ocupados deterioraram. Sob ocupação, a vida tornou-se intolerável com a perda de remessas de trabalhadores Palestinos no Golfo, em resultado da crise do Kuwait. O fluxo massivo de Judeus soviéticos obrigou ao desemprego de muitos Palestinos, dos quais, já se registava um grande número de desempregados. Residentes da Faixa Ocidental, se encontrados no Leste de Jerusalém, recebiam pesadas multas. Residentes de Gaza autorizados a trabalhar em Israel eram penalizados pelo interrompimento da sua viagem durante o percurso. Camiões viam as suas cargas confiscadas se, involuntariamente, entrassem nas fronteiras alargadas de Jerusalém. Meio milhão de Palestinos foram obrigados a viver sob recolher obrigatório militar e confinado às suas casas em vilas e nas proximidades de campos de refugiados durante a Conferência de Paz de Madrid. A profanação de lugares sagrados e, por vezes, destruição (muito embora sem intenção?) continuou, tal como evidenciado pelo colapso de um muro numa mesquita de Jerusalém, em fins de Novembro de 1991, causado por escavações feitas por baixo da mesquita em causa. As autoridades Israelitas foram tidas como estando determinadas a cercar o coração Palestino do Leste de Jerusalém e, em seguida, quebrá-lo com enclaves Judeus. Judeus ultra-ortodoxos perseguiram continuamente Palestinos com impunidade, na medida em que estes últimos não tinham protecção do Aparelho de Estado.

III. REUNIAO DO CONSELHO NACIONAL PALESTINIANO (CNP-PNC)

6. O CNP-PNC, Parlamento Palestino no Exílio, reuniu-se na sua 20ª Sessão Ordinária em Argel, Argélia, de 23 a 28 de Setembro de 1991. A Sessão contou com boa representação, muito embora os representantes do Povo nos territórios Palestinos ocupados não tenham recebido autorização de viagem pelas autoridades Israelitas.

7. Não obstante terem havido muitas previsões de possíveis divisões importantes no seio da OLP, na Sessão, o Conselho aprovou a participação Palestina na programada Conferência de Paz do Médio-Oriente. Os que estavam a favor da participação não queriam que os Palestinos fossem completamente marginalizados, enquanto que aquele que inicialmente defendiam o boicote da Conferência de Paz não queriam dar legitimidade de um processo que apenas iria beneficiar Israel.

8. A aprovação da Conferência de Paz pelo CNP foi, todavia, dada sob reserva de que:

- a Conferência de Paz fosse baseada numa legitimidade Internacional, nomeadamente as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das NU;
- houvesse compromisso no sentido de invalidar e aplicar as Resoluções do Conselho de Segurança e garantir a retirada total de Israel dos territórios Árabes e Palestinos ocupados, incluindo Jerusalém;

- Jerusalém fosse considerado parte integrante dos territórios ocupados e que fosse tratado como tal;
- um fim às fixações nos territórios ocupados e garantias neste sentido são essenciais antes do início das conversações para a Paz;
- a OLP, enquanto representante legítimo do Povo Palestino, tem o direito de formar a delegação Palestina e determinar a sua forma de participação;
- seja encontrada uma solução à questão do refugiado Palestino em conformidade com a Resolução 194 da Assembleia Geral das NU.

9. Estabelecendo ligação entre a aprovação de Conferências de Paz e as condições atrás mencionadas, o CNP tencionava alcançar os seguintes objectivos:

- restaurar o direito do Povo Palestino à auto-determinação, liberdade e independência nacional;
- retirada total de Israel dos territórios Palestinos e Árabes ocupados em 1967, incluindo Jerusalém;
- resolução da questão dos refugiados Palestinos que se encontravam deslocados dentro da sua própria Pátria;
- provisão de protecção Internacional para o Povo Palestino no exercício do seu direito à auto-determinação.

10. Note-se, aqui, que Israel sempre se recusou a aceitar qualquer presença da OLP ou qualquer participação de Palestinos do Leste de Jerusalém, ou incluir o Leste de Jerusalém na Agenda da Conferência de Paz. Todavia, o Secretário de Estado Americano, Sr. James Baker, numa carta de esclarecimento endereçada ao Sr. Faisal Husseini, um proeminente académico Palestino e dirigente nos territórios ocupados, afirmou que:

- os Palestinos tinham o direito de levantar qualquer questão que julgassem necessária;
- o Leste de Jerusalém seria incluído algures durante as negociações sobre a transição para a autonomia;
- representantes do Leste de Jerusalém iriam participar em quaisquer negociações finais sobre o futuro da cidade;
- o Leste de Jerusalém seria considerado território ocupado.

11. O Sr. Baker tinha investido oito meses de intensa diplomacia tentando fazer encontrar as partes ao Conflito do Médio-Oriente. Os aliados Árabes na coligação liderada pelos EU, quando da crise do Golfo, receberam promessas de que Washington iria envidar todos os esforços para trazer a Paz no Médio-Oriente. A administração dos EU recusou-se a conceder à Israel as garantias de empréstimo de que este último tanto necessitava, até uma data posterior, para projectos de habitação. O Sr. Baker, por outro lado, não enveredou em maquinações com as condições de Israel para a convocação da Conferência. Contudo, em relação aos Palestinos, ele afirmou o seguinte, nos meados de Outubro de 1991: " o autocarro não voltará a aparecer e os Palestinos têm mais a tirar proveito deste

processo e mais a perder pela sua ausência do que quaisquer outras pessoas".

IV. AS CONFERÊNCIAS DE PAZ

MADRID-30 DE OUTUBRO A 4 DE NOVEMBRO DE 1991

WASHINGTON-4 DE DEZEMBRO

12. Numa carta conjunta endereçada às partes ao conflito do Médio-Oriente, pelos Presidentes George Bush dos Estados Unidos e Mikhail Gorbachev da União Soviética, afirmou-se que a Conferência tinha por objectivo " ajudar as partes a alcançarem uma solução pacífica justa, duradoura e exaustiva, através de negociações directas biunívocas entre Israel e os Palestinos, baseada nas Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O processo tem por objectivo uma Paz verdadeira".

13. Previa-se a realização de negociações bilaterais numa base um a um entre Israel e os Estados Árabes directamente envolvidos nos conflitos nomeadamente Líbano, Jordânia, Palestina e Síria. Estavam igualmente programadas duas semanas de negociações multilaterais (entre Israel e o Conselho de Cooperação do Golfo, os Estados de Magreb, bem como as principais partes aos conflitos Árabe-Israelitas com eventual participação da Comunidade Europeia) para cobrir questões de toda a região tais como a partilha de recursos hídricos, cooperação e desenvolvimento económicos, controlo de armas e meio ambiente.

14. Apesar da sua conclusão acrimónia em Madrid, acredita-se que o processo da Paz esteja em andamento. Diferenças em posições

continuam visíveis e não se esperam saídas fáceis na ronda de conversações de Washington. Pela primeira vez as negociações iriam atacar questões de substância se fosse satisfatoriamente resolvida a disputa em termos de procedimento em relação ao estatuto dos Palestínianos na delegação conjunta Jordano-Palestiniana:

Os Árabes exigem que os Palestínianos e os Jordanos se encontrem em separado com Israel, enquanto que Israel insiste em que deve reunir-se com eles ao mesmo tempo e na mesma sala.

15. Israel acusa os Árabes de esperarem forçar uma solução imposta pelos EU e protelou a chegada da sua delegação a Washington em protesto contra as "ordens" da administração Bush. Israel continua a recusar-se de se retirar dos territórios Árabes ocupados e pôr termo a fixarem-se neles. Aliás, Israel inaugurou um novo campo nos Montes Golan da Síria pouco antes do fim da Conferência de Madrid. Ao comentar, sobre este acontecimento, o Sr. Baker afirmou: " É-nos difícil agora concebermos como a inauguração de um novo campo pode ajudar o processo de negociações".

16. A Síria, a OLP e o Líbano opõem-se a debruçar-se sobre questões regionais até que se faça um progresso palpável com as negociações bilaterais. A posição da Síria sobre as conversações é de que não iria assinar quaisquer acordos de Paz com Israel até que a questão da Palestina fosse definitivamente resolvida na medida em que não estava disposta a abandonar a questão Palestiniana em troca de uma promessa vaga de eventual restituição dos Montes Golan.

O Líbano é de opinião que a ocupação de parte do seu território por Israel remonta de 1978 e é sujeita a uma Resolução 425 do Conselho de Segurança das NU que é específica.

17. A OLP encara a recusa de Israel de discutir a questão da sua retirada dos territórios ocupados como constituindo uma violação das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das NU em que se baseava a convocação da Conferência. A OLP demonstrou disponibilidade de discutir a auto-governança da Margem Ocidental e Faixa de Gaza, mas insiste que, no mínimo, as forças ocupacionistas de Israel se retirem rapidamente das principais cidades. Israel é tido como estando a contemplar a retirada mas durante um inaceitável longo período. Seja como for, a moral dos Palestínianos, sob ocupação, é levantada pelo facto de que, depois de anos de negligenciada, a questão da autonomia figura bem alto na agenda Internacional.

18. Importa fazer notar que a Assembleia Geral das NU tinha adoptado, quando as conversações de Paz no Médio-Oriente iniciaram em Washington, Resoluções que defendiam uma Conferência de Paz patrocinada pelas NU e condenando a conduta de Israel contra os Palestínianos. A Resolução sobre a Conferência de Paz, ainda sem referência na altura da elaboração deste relatório ao mesmo tempo que saudava as conversações de Madrid e Washington com "um passo significativo" para uma Paz compreensiva no Médio-Oriente, afirmava que as Nações Unidas deviam convocar uma Conferência de Paz no Médio-Oriente que colocaria a OLP em pé de igualdade com outras delegações. A resolução afirmava ainda que a conquista dos "nacionais legítimos do povo Palestíniano, fundamentalmente o direito à auto-determinação" iria contribuir para a Paz na região.

19. Por seu turno, o Secretário-Geral da OUA, emitiu um



comunicado por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Palestino. Na sua declaração, o Secretário-Geral reiterou o apoio inquebrantável e genuíno da OUA pela justa causa do Povo Palestino. Ele sublinhou que o apoio da OUA para com a Organização de Libertação da Palestina era firme e inquebrantável. Ele exprimiu a esperança fervente e a expectativa de que o processo de Paz sobre o Médio-Oriente, agora em curso, iria reconhecer plenamente os direitos inalienáveis do Povo Palestino à auto-determinação e governação e exortou a Comunidade Internacional no sentido de colocar pressão sobre Israel, com vista a obrigá-lo a abandonar as suas políticas nos territórios Árabes ocupados que provarem estar em detrimento do alcance de uma Paz justa e duradoura na região.

IV. CONCLUSÃO

20. Pela primeira vez, o vislumbre de esperança de uma solução pacífica no Médio-Oriente, ganhou maior brilho. Apesar das condições impostas sobre a participação Palestina, as partes ao conflito estão a conversar directamente e não através de intermediários. Com a ribalta internacional nas conversações, espera-se que os protagonistas sejam mais racionais e se envolvam em discussões construtivas sob o risco de serem classificados erradamente pela Opinião Pública Internacional. A Comunidade Internacional devia exercer toda a pressão necessária sobre as partes às conversações e, particularmente, Israel, para que esta única oportunidade histórica para o alcance de uma Paz justa e duradoura na região, não seja desperdiçada.

21. O Secretariado Geral vai seguir o desenrolar dos acontecimentos relativos à Questão Palestina e apresentar um relatório ao Conselho de Ministros nas mesmas linhas.



AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

1992-02-24

Report of the Secretary-General on the Question of Palestine

Organization of African Unity

Organization of African Unity

<https://archives.au.int/handle/123456789/10925>

Downloaded from African Union Common Repository